



Prefeitura Municipal de Pedreira⁰²²

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº. 2.385 DE 05 DE MAIO DE 2015

"DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DE PEDREIRA".

CARLOS EVANDRO POLLO, Prefeito Municipal de Pedreira, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais tendo em vista o disposto nas Leis Municipais n.ºs. 2.474, de 08 de abril de 2005, 2.519, de 13 de setembro de 2005 e 3.516, de 16 de abril de 2015;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A operação do serviço público de transporte coletivo e urbano de passageiros por ônibus, no município de Pedreira, reger-se-á pelo presente regulamento.

Art. 2º São participantes do sistema de transporte coletivo do Município de Pedreira:

- I – Os usuários do sistema;
- II – A Prefeitura do Município de Pedreira, por intermédio da DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes;
- III – A Concessionária.

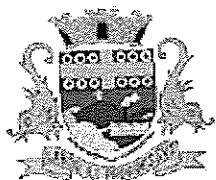
Parágrafo Único – Os usuários do sistema são todos os que usam ou desejam utilizar o sistema de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus do Município de Pedreira.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS

Art. 3º São direitos dos usuários do sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros por Ônibus do Município de Pedreira:

I – Dispor de transporte em condições de segurança, conforto, higiene e acessibilidade, conforme parâmetros definidos pela Prefeitura do Município de Pedreira e constantes do Edital de Concorrência Pública e o decorrente contrato de concessão;

II – Dispor de canal de comunicação com a Prefeitura Municipal de Pedreira, mais precisamente com a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

para obter informações quanto à operação das linhas, formular reclamações e propor sugestões que visem à melhoria dos serviços prestados;

III - Levar ao conhecimento da Prefeitura Municipal de Pedreira e da concessionária, as irregularidades de que tenha conhecimento referente ao serviço prestado.

CAPÍTULO III DOS DEVERES

Art. 4º Compete aos usuários do sistema:

I – Exceto nos casos de isenção e gratuidade definidos em lei, neste regulamento, no Edital de Concorrência e no decorrente contrato de concessão, pagar a tarifa determinada, facilitando o troco quando o pagamento for efetuado em dinheiro;

II – Não conduzir animais, materiais combustíveis ou nocivos à saúde e aparelhos sonoros em funcionamento que perturbem o bem-estar dos outros usuários ocupantes do veículo;

III - Não transportar volumes cujas dimensões causem desconforto ou transtorno aos demais usuários;

IV – Manter comportamento que não implique em desconforto, risco à segurança dos demais usuários, ou que comprometa as condições de higiene dos equipamentos de operação;

V - Não fumar no interior dos veículos;

VI - Não adentrar nos veículos em trajes de banho ou que caracterize constrangimento aos demais usuários;

VII – Tratar com civilidade os empregados da concessionária e os demais usuários;

VIII – Atender à orientação dos operadores quanto a procedimentos operacionais.

Art. 5º Compete à Prefeitura Municipal de Pedreira, representada pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes:

I – Gerenciar, atuando e determinando medidas para o bom funcionamento do Sistema;

II – Planejar, realizando estudos e pesquisas para alteração e implantação de itinerários, adequação de horários e implantação de novos pontos de parada;



Prefeitura Municipal de Pedreira

024

ESTADO DE SÃO PAULO

III – Autorizar a veiculação de material para divulgação institucional, nos equipamentos do sistema;

IV – Estabelecer alterações nas programações horárias das linhas que compõem o sistema, com a participação da concessionária;

V – Emitir ordem de serviço de operação (OSO) para a concessionária;

VI – Fiscalizar o cumprimento deste Regulamento e da OSO;

VII – Vistoriar os veículos vinculados ao serviço prestado;

VIII – Inspecionar as instalações das garagens e avaliar suas condições para manutenção dos veículos;

IX – Examinar a escrituração, controles e registros relativos ao serviço outorgado;

X – Aplicar as penalidades cabíveis à concessionária;

XI – Determinar a tarifa, conforme a planilha de cálculo, que obedeça aos critérios e índices técnicos publicados na imprensa especializada e usualmente utilizados. As bases de dados serão aquelas fornecidas pela operadora concessionária, que serão rigorosamente aferidas pela equipe técnica da DITRAN – Divisão de Trânsito de Transportes;

XII – Submeter ao Prefeito Municipal, a aprovação de alterações tarifárias.

Art. 6º Compete à Prefeitura Municipal de Pedreira gerenciar o sistema de acordo com este regulamento, podendo, caso haja conveniência, subcontratar terceiros para estudos cuja complexidade demande qualificação técnica não disponível em seu quadro técnico.

Parágrafo Único – A concessionária deverá se submeter a este regulamento e a outras normas por ventura fixadas pelo poder público municipal, e estará sujeita, a qualquer tempo, ao cancelamento do contrato de concessão, caso o mesmo não seja cumprido.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONCESSIONÁRIA

Art. 7º São obrigações gerais da concessionária;



Prefeitura Municipal de Pedreira

025

ESTADO DE SÃO PAULO

I – Cumprir as ordens de serviço de operação (OSO'S) emitidas pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes, que definem:

- a- Frota Operacional;
- b- Reserva Técnica;
- c- Vias e logradouros de circulação de ônibus;
- d- Definição de Pontos de Parada;
- e- Para cada linha de ônibus:
 - e.1 - Código;
 - e.2 - Nome;
 - e.3 - Itinerário (logradouros e pontos de parada)
 - e.4 - Pontos Terminais;
 - e.5 - Tipo específico de veículo (que deverão atender às especificações descritas no Edital);
 - e.6 - Para cada tipo de dia: Úteis, sábado, domingo e feriado:
 - e.6.1 - Por faixas de horários:
 - e.6.1.1 - Tempo de ciclo;
 - e.6.1.2 - números de carros;
 - e.6.1.3 - Tolerâncias;
 - e.6.2 - Programação horária: horários de partida e chegada nos pontos terminais e em seções de controle.
 - e.6.2.1 - Aos sábados a programação horária deverá ser igual a de dias úteis até o fim do horário comercial, após esse horário a frota operacional poderá ser reduzida em até 30%;
 - e.6.2.2 - Aos domingos e feriados a frota operacional poderá ser reduzida em até 40% dependendo da demanda de passageiros ofertada.

Art. 8º Incumbe ainda a concessionária:

I – Manter os veículos em operação comercial em condições adequadas de segurança, conservação e higiene;

II – Registrar os dados de operação e apresentá-los a DITRAN – Divisão Trânsito e Transportes em guias, formulários e outros documentos, conforme modelos e em prazos definidos a serem estabelecidos pelo mesmo;

III – Manter sempre atualizada a sua escrituração contábil e levantar dados demonstrativos de que trata a legislação pertinente nos prazos fixados pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes, bem como permitir eventual fiscalização ou auditoria na mesma;

IV – Manter no Município de Pedreira, administração específica e escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, formuladas em separado, de forma a abranger tão somente o serviço público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros por Ônibus de Pedreira;



Prefeitura Municipal de Pedreira⁰²⁶

ESTADO DE SÃO PAULO

V – Disponibilizar espaços nos veículos para divulgação institucional autorizados pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes.

VI – Manter nos veículos, conforme modelos e locais definidos pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes, as seguintes informações:

- a – Valor da tarifa;
- b – Identificação da linha (os letreiros dos ônibus deverão ser visíveis, e conter o local de destino, bem como o número da linha);
- c – Itinerário resumido da linha.

VII – Manter serviço gratuito de atendimento ao usuário, do tipo 0800.

CAPÍTULO V – DO PESSOAL DA OPERAÇÃO

Art. 9º A concessionária deverá dispor de todo o pessoal necessário à prestação do serviço, e com relação a este cumprir as seguintes exigências:

I – Realizar exames médicos periódicos que garantam a capacitação física para o exercício da função;

II – No caso de motoristas, manter a habilitação em dia;

III – Realizar treinamentos, com reciclagens periódicas, em atendimento ao público e direção defensiva;

IV – Prestar esclarecimentos a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes sobre os seus empregados, quando solicitado.

Art. 10 A concessionária deverá ainda fazer com que o seu pessoal de operação cumpra com as seguintes normas:

I – Normas gerais;

- a – Tratar com civilidade, os usuários do sistema;
- b – Portar uniforme e identificação funcional;
- c – Prestar informações aos usuários, sobre itinerários, horários e tarifa, quando solicitado;
- d – Prestar auxílio aos usuários em caso de acidente ou mal súbito;
- e – Dar atenção especial a idosos, gestantes, crianças e deficientes físicos;
- f – Prestar esclarecimentos e apresentar documentação quando solicitado pela fiscalização;
- g – Não fumar e não permitir que fumem no interior dos veículos;



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

h- Não ausentar-se do veículo durante o cumprimento da viagem, exceto nos casos que impeçam a continuidade da mesma;

i- Nos pontos finais da linha, somente deixar o veículo após o desembarque de todos os passageiros.

II – Normas específicas ao motorista:

a- Dirigir com prudência, evitando acelerações e frenagens bruscas, curvas em alta velocidade, causando desconforto ou risco de segurança aos passageiros;

b- No caso de interrupção de viagem, por falha do equipamento, acidente ou problema viário, providenciar o transbordo dos usuários e comunicar-se com o Controle de Tráfego da Empresa para que sejam tomadas as devidas providências;

c- Reduzir a velocidade na aproximação dos pontos de parada, de forma a atender aos sinais do usuário para embarque ou desembarque;

d- Abrir as portas somente com o veículo totalmente parado, preservando a segurança dos passageiros;

e- Por o veículo em movimento somente após o fechamento completo das portas, preservando a segurança dos passageiros;

f- Nos pontos de embarque e desembarque, parar junto às guias, facilitando o acesso do usuário ao veículo;

g- Manter acesos os faróis baixos do veículo em serviço durante toda a operação comercial;

III – Normas aplicáveis ao cobrador:

a – Receber todos os tipos de passes válidos e cobrar a tarifa em dinheiro, fornecendo troco;

b – Monitorar o desembarque dos passageiros;

c- Colaborar com o motorista em tudo quanto diga respeito à comodidade e segurança dos passageiros e regularidade da viagem;

d – Orientar os passageiros nos casos de transbordo;

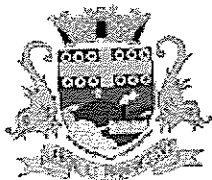
e- Preencher os relatórios de cobrador a cada viagem e apresentá-los à fiscalização sempre que solicitado.

CAPÍTULO VI - DOS EQUIPAMENTOS DE OPERAÇÃO

Art. 11 Constituem equipamentos de operação a frota de veículos da concessionária, a garagem, pontos de parada e o futuro terminal urbano com seus equipamentos e sistemas de controle e fiscalização.

Art. 12 A concessionária deve suprir a frota necessária e dispor de garagem para sua guarda e manutenção.

Parágrafo Único – Os veículos em operação devem apresentar as seguintes características:



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

I – Fabricado para utilização em transporte urbano de passageiros e que atenda às especificações definidas pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes, as quais deverão estar especificadas no instrumento convocatório do processo licitatório, e as demais normas aplicáveis à espécie, em especial as editadas pelo CONMETRO;

II – pintura padronizada;

III – embarque pela porta dianteira;

IV – os veículos deverão apresentar boas condições de ventilação, por meio de janelas, podendo se utilizar de alçapões no teto, e, ainda, contar com ventilação forçada ou ar condicionado;

V – os veículos deverão contar com iluminação adequada em seu interior, inclusive nos degraus das portas, bem como no letreiro dianteiro principal.

Art. 13 Para entrar em operação, os veículos deverão estar vinculados aos serviços através de registro na DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes.

§ 1º - A frota total deverá contar com a soma da frota operacional determinada pelas OSO's de cada linha, mais um excedente definido pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes correspondente a reserva técnica.

§ 2º - A venda ou desativação de veículo vinculado à prestação do serviço de transporte de passageiros deverá ser comunicada a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transporte para baixa da vinculação.

§ 3º - Não será permitida a utilização dos veículos vinculados à prestação do serviço de transporte de passageiros em outros serviços, a menos que seja solicitada pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes.

CAPÍTULO VII – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA TARIFA E DOS ENCARGOS FINANCEIROS

Art. 14 A concessionária deverá arcar com todo o custeio de sua operação e com a reposição do seu equipamento.

Art. 15 Como remuneração pela prestação do serviço público de transporte coletivo de que trata este regulamento, a concessionária terá direito à arrecadação oriunda da cobrança da tarifa aos usuários, que será fixada e reajustada pelo Poder Executivo Municipal, e poderá explorar a publicidade nos veículos e nos abrigos, pontos ou terminais de parada de ônibus urbanos, após prévia aprovação da DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes e desde que observados os seguintes critérios:



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

I – No que tange aos ônibus passíveis de exploração publicitária, 30% (trinta por cento) deles serão reservados exclusivamente à Prefeitura Municipal de Pedreira para fazer a divulgação de campanhas institucionais;

II – Com relação aos abrigos e terminais de parada de ônibus, a utilização dos espaços, em cada um deles, será feita na proporção de 50% (cinquenta por cento) para a concessionária e 50% (cinquenta por cento) para Prefeitura Municipal de Pedreira.

Parágrafo Único – Os valores auferidos pela concessionária, através da comercialização desses espaços, serão levados em conta para o fim estabelecido no art. 11, da Lei nº 8.987/95.

Art. 16 A tarifa será reajustada pela Prefeitura Municipal de Pedreira, através de ofício a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes, que encaminhará o expediente, com parecer circunstanciado, ao Prefeito, para os devidos efeitos.

Parágrafo Único – Se for negado o encaminhamento do pedido de revisão tarifária, a concessionária poderá recorrer à Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes.

Art. 17 Na composição da tarifa serão computados todos os componentes do custo operacional (custos fixos, custos diretos e indiretos dos serviços prestados), a remuneração do capital imobilizado e as receitas auferidas.

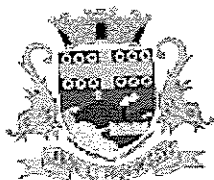
§ 1º Os critérios para a remuneração de capital e componentes do custo operacional, que integram a planilha para o cálculo da tarifa, serão fixados em ato específico do Prefeito Municipal, ouvido a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes, e se basearão em índices técnicos publicados na imprensa especializada e usualmente utilizados neste segmento (ANTP, EBTU/GEIPOT, etc.).

§ 2º Na fixação da tarifa, observar-se-á o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

§ 3º A DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes poderá arredondar a tarifa, quando de sua fixação ou alteração, de modo a facilitar o troco, segundo critérios que serão ficados em atos específicos.

§ 4º É vedado cobrar ao usuário qualquer importância além da tarifa, constituindo falta grave passível de cassação do contrato de concessão.

§ 5º O valor da tarifa e do troco máximo deverão ser afixados, com letras visíveis, em ponto de destaque, nos locais de venda de passes e no interior dos veículos.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 18 A concessionária se obriga a emitir, fornecer e aceitar passes, com desconto de 50% (cinquenta por cento) da tarifa, a professores e alunos de estabelecimentos de ensino oficializados, reconhecidos e localizados no município de Pedreira.

Art. 19 Estão isentos do pagamento de tarifa:

I – Os alunos inscritos no Programa de Educação Especial da Prefeitura;

II – Os idosos com idade igual ou superior a 65 anos;

III – As pessoas portadoras de deficiência física reconhecidas pela Previdência Social ou por força de Perícia Médica, constatada pela Secretaria de Saúde e Promoção Social do Município.

IV – Os policiais militares e militares uniformizados;

V – Os menores de até 05 (cinco) anos de idade, desde que não ocupem assentos;

VI – Os funcionários dos Correios, quando em serviço.

Art. 20 Correrão por conta da concessionária todas as despesas necessárias à execução dos serviços de transporte de que trata este regulamento.

§ 1º As despesas, inclusive salários, com o pessoal necessário para a perfeita operação do serviço ora concedido.

§ 2º Os gastos com aquisição, manutenção e reparação de todo o material, fixo ou rodante, permanente ou de consumo, necessário à prestação do serviço.

§ 3º Os investimentos ou despesas com imóveis e instalações que se utilizarem, abrangendo, aquisição, locação, uso, manutenção ou reparação.

§ 4º Os impostos, taxas ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre suas atividades, lucros, serviços ou bens.

§ 5º As indenizações devidas a terceiros por danos ou prejuízos causados por seus empregados ou prepostos, ou decorrentes da operação dos serviços.

§ 6º Os tributos, multas e outros quaisquer encargos, ou obrigações decorrentes, direta ou indiretamente, da execução de serviços de transporte de que trata este regulamento.

Art. 21 A concessionária, na qualidade de empregadora, se obriga a cumprir, no que diz respeito ao pessoal por ela empregado, todas as disposições, atuais ou futuras, da legislação trabalhista ou previdenciária, e a suportar os encargos delas decorrentes.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO VIII – DA INTERVENÇÃO NO SERVIÇO

Art. 22 Não será admitida a ameaça de interrupção e nem a solução de continuidade, bem como a deficiência grave na prestação do serviço público essencial de transporte coletivo de passageiros, o qual deverá estar à permanente disposição dos usuários.

Art. 23 Para assegurar a continuidade do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, a Prefeitura Municipal de Pedreira poderá intervir na execução do serviço, assumindo-o total ou parcialmente, através da assunção do controle dos meios materiais e humanos utilizados pela concessionária, vinculados ao serviço, ou através de outros meios, a seu exclusivo critério.

CAPÍTULO IX – DAS PENALIDADES

Art. 24 Pela inobservância de qualquer das disposições deste regulamento, de acordo com a natureza da infração, aplicar-se-á à concessionária a penalidade cabível.

Art. 25 As infrações contidas neste regulamento sujeitarão o infrator às seguintes penalidades:

- I – advertência escrita;
- II – multa;
- III – apreensão de veículo;
- IV – afastamento do pessoal;
- V – suspensão da operação do serviço;
- VI – extinção da concessão.

§ 1º À concessionária será garantida ampla defesa, na forma disposta neste regulamento.

§ 2º A aplicação das penalidades previstas neste contrato dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade regulamentar, civil ou criminal.

§ 3º A atuação não desobriga a concessionária de corrigir a falta que lhe deu origem.

Art. 26 Compete a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes a imposição das penalidades de advertência escrita, multa, apreensão do veículo e afastamento de pessoal.

Art. 27 Compete ao Prefeito Municipal a imposição da pena de suspensão da operação e extinção da concessão.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 28 As infrações, com suas respectivas penalidades, constitui o anexo II deste regulamento.

Parágrafo Único – Os valores das multas, constantes do Anexo II, serão reajustados de acordo com a lei.

Art. 29 A penalidade de advertência escrita conterà as providências necessárias para a correção da irregularidade que lhe deu origem.

§ 1º A advertência será aplicada através de notificação de infração, a qual, sempre que possível, será comunicada, de pronto, a concessionária e aos seus prepostos pelo agente de fiscalização, devendo conter:

- I – denominação da empresa concessionária;
- II – código da infração cometida;
- III – descrição sucinta da infração cometida, com a indicação de local, dia, hora e demais dados importantes para sua caracterização;
- IV – nome e assinatura do agente de fiscalização;
- V – Identificação de uma ou duas testemunhas, constando seu endereço, número de identidade e assinatura, sempre que possível;
- VI – nome e assinatura do preposto da concessionária que, quando for o caso, recebeu a notificação de infração.

§ 2º A penalidade de advertência escrita será convertida em multa no valor cominado no Grupo 2 do Anexo II, caso não sejam atendidas as providências determinadas no prazo que for estabelecido.

Art. 30 A aplicação de penalidade de multa será feita mediante processo iniciado por Auto de Infração lavrado por agente de fiscalização da Prefeitura Municipal, que conterà:

- I – denominação da empresa concessionária;
- II – Código da infração cometida;
- III – descrição sucinta da infração cometida, com a identificação de local, dia, hora e demais dados importantes para sua caracterização;
- IV – nome e assinatura do agente de fiscalização;
- V – valor referente à multa a ser imposta.

§ 1º Nos casos em que for possível o pronto conhecimento da imposição da penalidade, o agente de fiscalização emitirá notificação de infração, nos termos estabelecidos neste artigo, a qual deverá ser entregue à concessionária ou a seus prepostos.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º A lavratura do Auto de Infração será levada a efeito com 03 (três) vias de igual teor, devendo o preposto da operadora exarar o ciente no canhoto da primeira via ou do protocolo que lhe for encaminhado

§ 3º A Prefeitura Municipal de Pedreira deverá remeter o Auto de Infração à concessionária no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a sua lavratura.

Art. 31 A penalidade de apreensão do veículo será imposta pela Prefeitura Municipal de Pedreira, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades pelos motivos que ensejaram o ato, proibindo a sua circulação, quando:

I – na vistoria efetuada for constatada que os serviços de manutenção preventiva e corretiva foram realizados em desacordo com as melhores técnicas e em desrespeito as instruções e recomendações dos fabricantes;

II – em operação, não oferecer as condições de segurança exigidas;

III – estiver operando sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de Pedreira;

IV – a idade do veículo ultrapassar o limite estabelecido;

V – estiver em desacordo com as características e especificações técnicas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Pedreira;

VI – o motorista ou o cobrador estiver em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

Art. 32 A penalidade de suspensão da operação do serviço será aplicada nos casos que ensejarem a intervenção no serviço, na forma prevista no artigo 22 e 23 deste regulamento.

Art. 33 A penalidade de extinção da concessão aplicar-se à concessionária nas condições estipuladas no contrato de concessão e nos moldes estabelecidos pelos artigos 35 a 39 da Lei Federal n.º 8.987/95.

Art. 34 A concessionária autuada poderá apresentar defesa por escrito, perante a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de recebimento do auto de infração.

§1º Apresentada a defesa, a DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes promoverá as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, proferindo decisão final.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

§2º No caso da autuação ter sido julgada procedente, a concessionária poderá recorrer, em prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento do resultado do julgamento em primeira instância, ao Prefeito Municipal que, após ouvir as partes interessadas, apreciará o recurso.

§3º O processo será arquivado, o final de qualquer das fases recursais, caso o auto de infração seja julgado improcedente.

Art. 35 A concessionária autuada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para o pagamento das multas, a partir dos seguintes eventos:

I – data do recebimento do auto de infração, salvo se apresentar recurso;

II – data do recebimento de decisão em que não couber recurso.

Parágrafo Único – A falta de pagamento da multa no prazo previsto no caput deste artigo ensejará a inscrição da concessionária no cadastro da Dívida Ativa do Município.

Art. 36 Havendo reincidência das infrações estabelecidas no Anexo II, após a aplicação da pena de multa, incidirão sobre os valores das novas multas os percentuais estabelecidos abaixo:

I – 100% (cem por cento) no caso de multas inclusas nos Grupos 2 a 5;

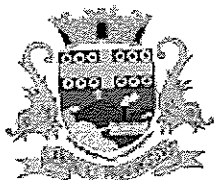
II – 50% (cinquenta por cento) no caso de multas inclusas no Grupo 6.

Art. 37 Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitantemente, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

Art. 38 A penalidade de extinção da concessão será aplicada pelo Prefeito Municipal, após processo administrativo regular.

§ 1º O processo a que se refere o caput deste artigo iniciar-se-á por determinação do Prefeito Municipal, que nomeará Comissão de 05 (cinco) membros, para proceder à apuração dos fatos, assegurando-se à concessionária, amplo direito de defesa.

§2º Findo o processo administrativo com a adequada instrução, a Comissão elaborará relatório final acompanhado do parecer, que será encaminhado à decisão do Prefeito Municipal.



Prefeitura Municipal de Pedreira⁰³⁵

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39 Para a execução do serviço fica a concessionária sujeita a todas as obrigações estabelecidas neste regulamento, nas condições do contrato de concessão e do competente Edital de Licitação.

Art. 40 Fica revogado o Decreto Municipal nº 1.553, de 26 de outubro de 2.005.

Art. 41 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedreira, 05 de maio de 2015.



CARLOS EVANDRO POLLO
Prefeito municipal



LUIZ ANTONIO COZER
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal na data supra.



Prefeitura Municipal de Pedreira

036

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I

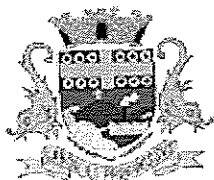
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS

I. Especificações Técnicas dos Veículos

Durante a vigência do contrato de prestação de serviço, a operadora deverá manter frota composta por veículos convencionais com idade entre 0 (zero) a 10 (dez) anos, com a seguinte idade média:

- a) Para disponibilidade de início de Operação: frota com idade média máxima de 05 (cinco) anos.

Qualquer alteração dos critérios acima estabelecidos deverá ser autorizada expressamente pela Prefeitura Municipal de Pedreira.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II

RELAÇÃO DE INFRAÇÕES E PENALIDADES

GRUPO 01

PENALIDADE: ADVERTÊNCIA ESCRITA

| Código | Infração |
|---------------|-----------------|
|---------------|-----------------|

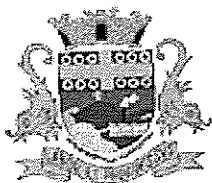
- | | |
|------|---|
| 1.1 | Preposto fumar no interior do veículo ou utilizar aparelhos de som e vídeo, que não os integrantes do veículo. |
| 1.2 | Preposto ocupar assento de passageiros no veículo, exceto na situação em que haja sua disponibilidade. |
| 1.3 | Preposto permanecer na entrada ou saída do veículo, dificultando o embarque ou desembarque dos passageiros. |
| 1.4 | Preposto permitir a atividade de pedintes e vendedores ambulantes no interior do veículo. |
| 1.5 | Motorista manter conversação regular com os passageiros, com o veículo em movimento, salvo quando se tratar de solicitação de informação. |
| 1.6 | Motorista ou cobrador sem crachá de identificação em lugar visível ao público ou sem estar devidamente uniformizado. |
| 1.7 | Motorista estacionar o veículo fora dos pontos terminais da linha, sem motivo justificado. |
| 1.8 | Preposto permitir o transporte de animais de qualquer espécie e plantas de médio e grande porte. |
| 1.9 | Motorista parar o veículo afastado do meio fio, para embarque e desembarque de passageiros, sem motivo justificado. |
| 1.10 | Motorista colocar o veículo em movimento com a porta aberta. |
| 1.11 | Motorista manter o veículo estacionado nos terminais, com as portas fechadas, sem motivo justificado, impedindo a entrada de passageiros. |
| 1.12 | Motorista permitir o embarque e desembarque de passageiros fora dos pontos regulamentares, ou com o veículo em movimento. |
| 1.13 | Motorista não atender ao sinal de embarque ou desembarque de passageiros, nos pontos regulamentados. |
| 1.14 | Motorista recusar passageiro, sem motivo justificado. |

GRUPO 02

PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE 01 (UMA) UFM - Unidade Fiscal do Município

| Código | Infração |
|---------------|-----------------|
|---------------|-----------------|

- | | |
|------|--|
| 2.1. | Operar com veículo derramando combustível ou lubrificantes na via pública, ou no seu interior. |
| 2.2. | Não cumprir determinação da DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes de afixar no veículo, comunicações, documentos, folhetos de tarifas e impressos, ou afixá-los fora do lugar estabelecido. |
| 2.3. | Operar com veículo sem limpeza interna e externa, no início da jornada. |
| 2.4. | Estacionar veículos nos pontos terminais, estações e terminais de integração em número superior ao admitido, prejudicando a operação do sistema. |



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

GRUPO 03

PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE 02 (DUAS) UFM - Unidade Fiscal do Município

| Código | Infração |
|--------|----------|
|--------|----------|

- 3.1. Preposto destratar passageiros ou manter comportamento inconveniente quando em serviço.
- 3.2. Alterar os pontos de parada, sem autorização.
- 3.3. Desacatar, opor-se, ou dificultar a ação da fiscalização.
- 3.4. Operar o veículo em desacordo com as especificações definidas nos atos regulamentares emitidos pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes.
- 3.5. Não cumprir horário de viagem ou itinerário conforme estabelecido nas Ordens de Serviço de Operação por Linha.
- 3.6. Executar transporte gratuito de passageiros, exceto nos casos de isenções tarifárias definidas neste regulamento, inexistência de troco e transbordos.

GRUPO 04

PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE 03 (TRÊS) UFM - Unidade Fiscal do Município

| Código | Infração |
|--------|----------|
|--------|----------|

- 4.1. Utilizar o veículo para outros fins que não o serviço objeto deste contrato.
- 4.2. Não apresentar veículo para vistoria (multa por veículo).
- 4.3. Não permitir a viagem do usuário na inexistência de troco.
- 4.4. Contratar pessoal sem habilitação.
- 4.5. Retardar ou impedir a atuação da fiscalização.

GRUPO 05

PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE 06 (SEIS) UFM - Unidade Fiscal do Município

| Código | Infração |
|--------|----------|
|--------|----------|

- 5.1. Deixar de cumprir avisos, ofícios, memorandos ou ordens emanadas pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes.
- 5.2. Deixar de fornecer documento, informações e dados solicitados pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes ou fornecê-los incorretos, fora das normas ou prazos.
- 5.3. Manter em serviço preposto cujo afastamento tenha sido exigido pela DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes.
- 5.4. Abastecer ou efetuar manutenção do veículo com passageiro a bordo.



Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

GRUPO 06

PENALIDADE: MULTA NO VALOR DE 50 (CINQUENTA) UFM - Unidade Fiscal do Município

| Código | Infração |
|--------|----------|
|--------|----------|

- 6.1. Cobrar tarifa em valores diferentes da autorizada.
- 6.2. Utilizar documentos adulterados ou falsificados.
- 6.3. Retardar ou impedir execução de auditoria.

GRUPO 07

PENALIDADE: AFASTAMENTO DE PESSOAL

| Código | Infração |
|--------|----------|
|--------|----------|

- 7.1. Preposto abandonar o veículo, sem causa justificada, quando em operação.
- 7.2. Preposto não providenciar, de imediato, a obtenção de transporte para os usuários em caso de avaria ou interrupção de viagem.
- 7.3. Preposto deixar de prestar, sem motivo justo, socorro a usuário ferido em razão de acidente.
- 7.4. Motorista dirigir o veículo de forma perigosa, comprometendo a segurança e conforto dos passageiros.
- 7.5. Motorista transportar produto inflamável e /ou explosivos.
- 7.6. Preposto portar, em serviço, arma de qualquer espécie.
- 7.7. Preposto em serviço estar alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica.

GRUPO 08

PENALIDADE: APREENSÃO DE VEÍCULO E MULTA

| Código | Infração |
|--------|----------|
|--------|----------|

- 8.1. Colocar em operação veículo que não apresente condições de segurança ou que não tenha sido lacrado em vistoria. Apreensão do veículo e multa no valor de 50 (cinquenta) UFM - Unidade Fiscal do Município.
- 8.2. Não atender a intimação da DITRAN – Divisão de Trânsito e Transportes para retirar de circulação o veículo em condições consideradas inadequadas. Apreensão do veículo e multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFM - Unidade Fiscal do Município.
- 8.3. Colocar em operação veículo sem registro junto a DITRAN - Divisão de Trânsito e Transportes. Apreensão do veículo e multa no valor de 50 (cinquenta) UFM - Unidade Fiscal do Município.
- 8.4. Colocar em operação veículo sem dispositivo de controle de passageiros, defeituoso ou com lacre violado. Apreensão do veículo e multa no valor de 15 (quinze) UFM - Unidade Fiscal do Município.